



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

**PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS
Nº 21**

1º TRIMESTRE DE 2023

20 DE ABRIL DE 2023

ESTE DOCUMENTO TEM O PATROCÍNIO DE:



RESUMO EXECUTIVO

- O mais significativo das novas previsões do FMI é a consideração das implicações de médio prazo da pandemia e da guerra, que terão diminuído o potencial de crescimento, sobretudo pela via da “fragmentação geoeconómica”.
- Entre 1999 e 2028, Portugal deverá ser a terceira economia mais lenta da UE, só um pouco melhor do que a Itália e a Grécia.
- A deterioração da conjuntura internacional de médio prazo não permite que fiquemos à espera de uma recuperação externa plena que não chegará e torna mais imperioso concretizar as reformas estruturais que não tem havido nos últimos sete anos.
- No curto prazo, as dificuldades e incertezas acentuaram-se, nomeadamente, tensões geopolíticas elevadas, o abrandamento da economia mundial, a crise energética, a resistência da inflação a ser domesticada, a subida das taxas de juro e dos diferenciais de crédito, a recente turbulência bancária e políticas orçamentais a tornarem-se mais restritivas.
- Assim, o Forum para a Competitividade estima um forte abrandamento do crescimento, de 6,7% em 2022 para entre 1 ¼% a 1 ¾% em 2023 e entre 1% e 2% em 2024.
- Para os próximos trimestres, um dos obstáculos para a descida continuada da inflação será o comportamento da OPEP+, enquanto a generalidade das restantes influências aponta para uma queda da inflação.
- Por isso, o Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 7,8% em 2022 para entre 4,5% e 6% em 2023 e 2% e 3,5% em 2024.
- Em 2023 e 2024, a economia deve crescer abaixo do potencial de crescimento (entre 1,7% e 1,9%), o que, em geral, tem condições para uma ligeira subida da taxa de desemprego. Em consequência disso, o Forum para a Competitividade antecipa um aumento ligeiro da taxa de desemprego, de 6,0% em 2022 para entre 6,5% para 7% em 2023 e manutenção neste intervalo em 2024.
- Se definíssemos como meta convergir com a média da UE nos próximos 15 anos em termos do peso do emprego nas grandes empresas, isso aumentaria o PIB em 12%, cerca de 0,8% ao ano, o que corresponde a quase metade do actual potencial de crescimento.

ÍNDICE

1. CONJUNTURA NACIONAL	
Pandemia	5
PIB	6
Consumo	8
Exportações	10
Agricultura	11
Indústria	12
Construção	14
Comércio	15
Serviços	16
Turismo	17
Inflação	18
2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS	
Financiamento	20
Seguros de crédito	23
Trabalho	26
Fiscalidade	28
3. CONJUNTURA INTERNACIONAL	29
4. MERCADOS	
Mercados monetários e cambiais	31
Matérias-primas	34
5. AUMENTAR A DIMENSÃO DAS EMPRESAS	36
6. LEGISLAÇÃO	47



- **Novos casos em
mínimos**

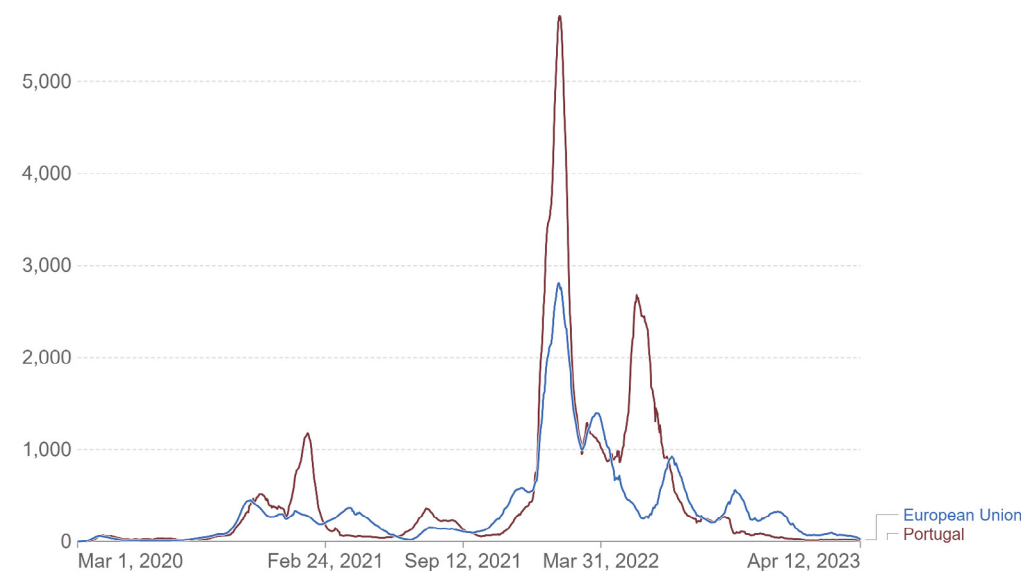
1. CONJUNTURA NACIONAL

Pedro Braz Teixeira ¹

PANDEMIA

Nos últimos meses, o número de novos casos tem continuado em queda, quer na UE, quer em Portugal, registando valores mínimos de quase três anos.

Novos casos por milhão de habitantes



Source: WHO COVID-19 Dashboard

¹ Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos destas Perspectivas Empresariais, com excepção dos assinalados.



- PIB estabiliza 0,3% em cadeia

PIB

No 4º trimestre, o PIB estabilizou em cadeia, em 0,3%, tendo desacelerado em termos homólogos de 4,8% para 3,2%. O dado mais saliente é a contracção trimestral do consumo privado, em 0,5%, que se estendeu a todas as suas componentes, em particular aos bens alimentares, que caíram 2,3%. É necessário recordar que foi no 4º trimestre que as famílias receberam dois pacotes de ajuda do Estado, pelo que é ainda mais significativo que, mesmo assim, tenha havido uma queda no consumo.

Houve uma nota positiva no investimento, que deixou de cair ao fim de dois trimestres, para crescer 2,2%, com destaque para o material de transporte (10,0%) e a construção (3,3%).

Finalmente, as exportações desaceleraram de forma nítida, de 0,8% para 0,2%, sinalizando o enfraquecimento do contexto externo. Ainda assim, é de valorizar que o ritmo de deterioração dos termos de troca abrandou muito, passando de uma perda de 3,7% para uma queda de apenas 0,7%.



Previsões de crescimento para Portugal

Fonte	Data	2023	2024	2025
OCDE	Nov/22	1,0	1,2	
Comissão Europeia	Fev/23	1,0	1,8	
Conselho das Finanças Públicas	Mar/23	1,2	1,8	2,0
Banco de Portugal	Mar/23	1,8	2,0	2,0
Católica	Abr/23	1,4	1,5	1,6
FMI	Abr/23	1,0	1,7	2,2
Ministério das Finanças	Abr/23	1,8	2,0	2,0
Forum para a Competitividade	Abr/23	1 ¼ a 1 ¾	1 a 2	

- Enquadramento internacional deteriorou-se, não só no curto prazo, mas sobretudo no médio prazo

Como é bem salientado pelo FMI (ver secção de conjuntura internacional), o enquadramento internacional deteriorou-se, não só no curto prazo, mas sobretudo no médio prazo. Entre 1999 e 2028, Portugal deverá ser a terceira economia mais lenta da UE, só um pouco melhor do que a Itália e a Grécia.

Neste contexto, por um lado, as fragilidades portuguesas vão ficar mais evidentes e, por outro, a necessidade de reformas estruturais vai tornar-se mais patente, sendo cada vez mais indesculpável qualquer novo adiamento.

A deterioração da conjuntura internacional de médio prazo não permite que fiquemos à espera de uma recuperação externa plena que não chegará e torna mais imperioso concretizar as reformas estruturais que não tem havido nos últimos sete anos.

No curto prazo, as dificuldades e incertezas acentuaram-se, nomeadamente, tensões geopolíticas elevadas, o abrandamento da economia mundial, a crise energética, a



- Forum para a Competitividade estima um forte abrandamento do crescimento, de 6,7% em 2022 para entre 1 ¼% a 1 ¾% em 2023 e entre 1% e 2% em 2024

- Consumo privado caiu, mesmo com duas ajudas do Estado

resistência da inflação a ser domesticada, a subida das taxas de juro e dos diferenciais de crédito, a recente turbulência bancária, parcialmente na sequência daquela subida, e políticas orçamentais a tornarem-se mais restritivas.

Em 2024, a economia portuguesa deverá registar ainda um ano de recuperação incompleta, em que se poderá assistir a algum alívio dos principais obstáculos ao crescimento em 2023. No entanto, é quase inevitável recordar como, nos últimos anos, a normalização das condições tem sido sucessivamente interrompida por um choque inesperado. Apesar de tudo, espera-se uma inflação mais domesticada, que poderá permitir iniciar um novo ciclo de descida de taxas de juro, mas também políticas orçamentais mais restritivas, já sob o efeito do Pacto de Estabilidade.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um forte abrandamento do crescimento, de 6,7% em 2022 para entre 1 ¼% a 1 ¾% em 2023 e entre 1% e 2% em 2024.

CONSUMO

Como vimos, o consumo caiu no 4º trimestre, também nos bens alimentares. Pode-se pensar que esta queda seria um sinal da gravidade da situação, que levaria as famílias a ter que poupar na alimentação, mas a verdade é que esta componente da despesa é a que permite maior flexibilidade, ao contrário de outras que são fixas ou quase fora do controlo dos cidadãos (renda da casa ou prestação de crédito, passe social, telecomunicações, etc.). Não é necessário comer menos para reduzir o que se gasta em comida, para além de que esta é uma componente com um peso elevado.



- Confiança dos consumidores a recuperar lentamente

Nesse trimestre, verificou-se uma ligeira inversão da tendência de queda da poupança das famílias que se vinha registando, com uma ligeira subida, de 5,8% para 6,1%, mas mantendo-se claramente abaixo dos 7% de 2019. Ou seja, os particulares continuam a amortecer a queda do rendimento disponível que a inflação está a provocar com uma diminuição da poupança, ainda que menos intensa do que nos trimestres anteriores.

A confiança dos consumidores tem vindo a recuperar de forma lenta e com alguma volatilidade, não tendo ainda recuperado para os níveis imediatamente anteriores à invasão da Ucrânia.

Confiança dos consumidores



Fonte: INE.



- Consumo privado fraco em 2023

A inflação e a subida das taxas de juro continuam a penalizar as famílias, não se esperando alívio para breve. Para além disso, o emprego deve estagnar, enquanto muitos salários deverão voltar a subir abaixo da inflação. Isto significa que o rendimento das famílias tem perspectivas muito limitadas no corrente ano. Por tudo isto, o consumo privado deverá ser fraco em 2023, podendo melhorar de forma muito limitada em 2024.

- Exportações de bens em desaceleração continuada

EXPORTAÇÕES

Face aos últimos três meses, registou-se uma sucessiva desaceleração da exportação de bens, com uma ligeira excepção em Janeiro. Para além disso, também se registou um abrandamento da subida do preço unitário, de 13,0% em Novembro para 7,1% em Fevereiro. As importações também têm estado num movimento equivalente, também no que se refere ao seu preço unitário. É de salientar que no 4º trimestre houve uma recuperação dos termos de troca, que continuou em Janeiro e teve um muito ligeiro recuo em Fevereiro.

A incerteza sobre as perspectivas internacionais deve afectar as nossas exportações, enquanto a relativa estabilização do preço dos combustíveis deve limitar o impacto sobre as importações.



Comércio externo de bens, taxa de variação homóloga

Indicador	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Exportações – total	27,9	32,3	24,7	21,1	18,9	9,2	13,8	7,0
Espanha	20,7	37,7	20,8	20,8	12,3	0,8	8,3	6,4
França	16,2	24,2	21,4	16,3	17,3	5,7	12,6	0,3
Alemanha	28,6	38,0	23,8	22,1	10,9	9,8	13,6	12,1
EUA	34,7	15,8	13,8	19,7	24,0	11,9	24,2	-14,0
Reino Unido	35,5	41,8	6,6	13,7	27,6	11,6	6,4	29,7
Itália	20,6	24,3	28,6	7,6	19,5	12,5	0,4	-1,9
Países Baixos	29,1	40,5	32,7	15,7	-1,2	23,8	8,7	-12,8
Bélgica	27,0	18,5	33,1	26,9	19,2	-1,9	14,9	11,5
Angola	33,2	63,1	83,6	40,1	44,5	29,4	38,1	10,1
Polónia	14,7	9,6	22,0	20,0	11,8	10,4	19,0	10,5
Importações – total	31,3	49,6	30,0	26,0	16,2	9,7	10,8	6,7
Import. sem combustíveis	22,5	33,1	26,8	25,2	13,5	8,7	11,4	14,3
Importações combustíveis	97,8	153,5	51,0	32,9	36,0	16,6	6,6	-30,0

Fonte: INE.

AGRICULTURA

- “Campanha oleícola de 2022 é a quarta melhor de sempre, apesar da redução de 40% da produção de azeite”

“As previsões agrícolas, em 31 de janeiro, apontam para uma produção de azeite, na campanha de 2022, a rondar os 1,375 milhões de hectolitros (cerca de 126 mil toneladas), o que corresponde a uma diminuição de 40% face à campanha anterior. Ainda assim, num ano com condições meteorológicas e hidrológicas muito desfavoráveis e após a produção recorde de azeite de 2021 (com 2,29 milhões de hectolitros), a produção de 2022 deverá ser a quarta maior de sempre.



- Melhoria nítida

INDÚSTRIA

Na indústria, as perspectivas de produção prosseguiram a recuperação do final de 2022, tendo melhorado muito no 1º trimestre de 2023, já muito próximo dos valores máximos da série. Em Março, o indicador de confiança aumentou nos agrupamentos de Bens Intermédios e de Bens de Consumo, tendo diminuído nos Bens de Investimento.

Nos gráficos, optámos por não usar médias móveis para os valores de 2020 a 2023, para evidenciar a evolução de cada mês.



Perspectivas de produção



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora, médias móveis de 3 meses em relação aos valores corrigidos de sazonalidade.

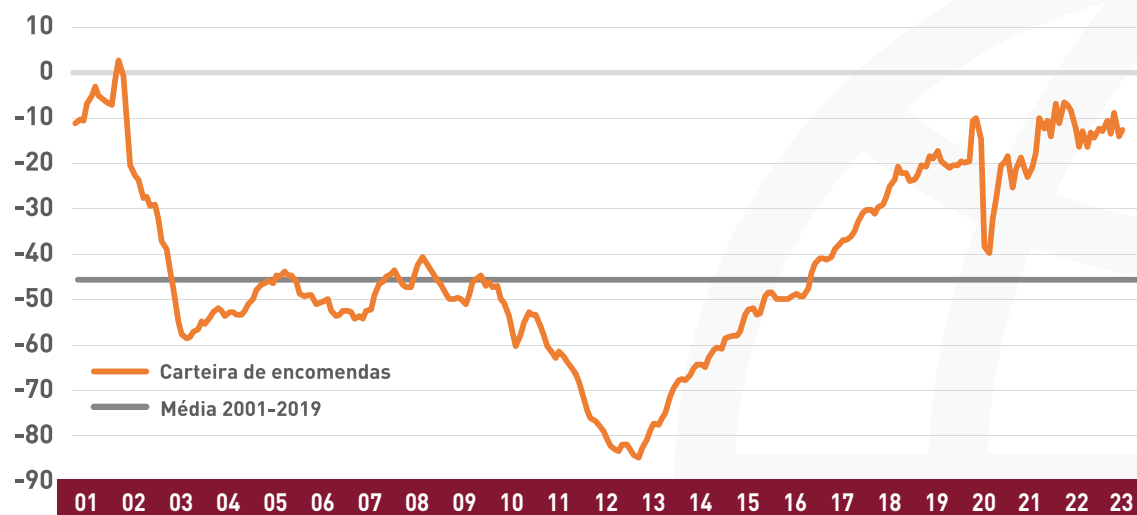


- Carteira de encomendas elevada

CONSTRUÇÃO

Na construção, a carteira de encomendas tem flutuado nos últimos meses, mas em torno de valores relativamente elevados.

Carteira de encomendas



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, médias móveis de 3 meses.

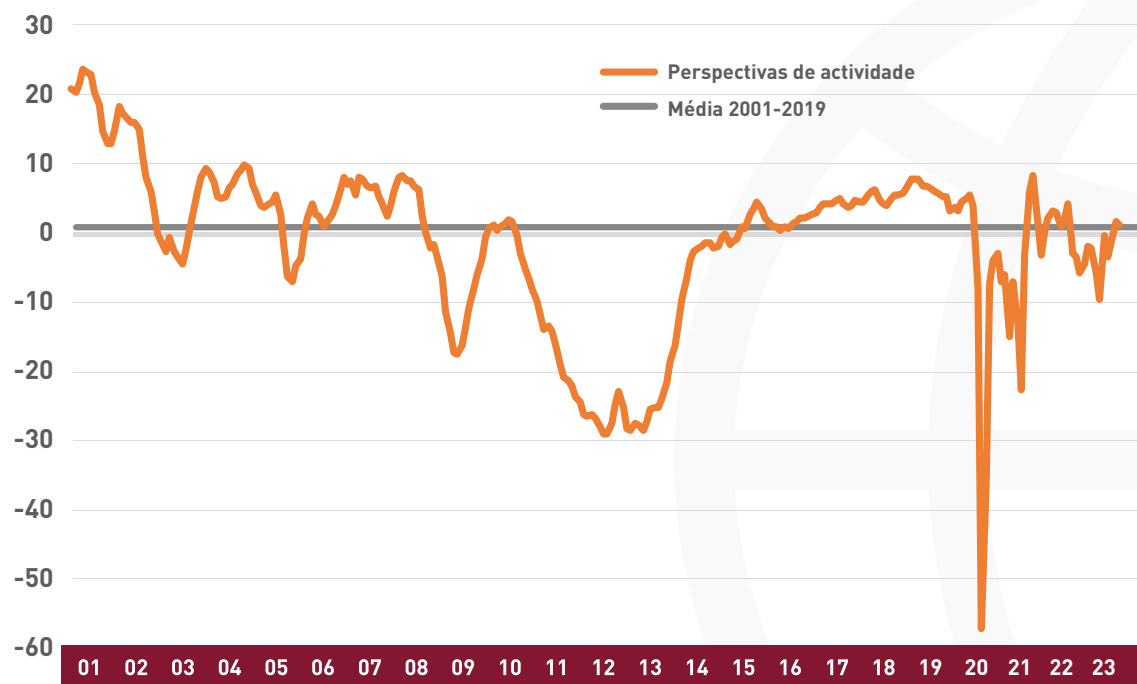


- Acima da média
histórica

COMÉRCIO

Os últimos meses têm sido de recuperação mais nítida, depois de muitas hesitações precedentes, estando as perspectivas de actividade já acima da média histórica.

Perspectivas de actividade



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio, médias móveis de 3 meses.

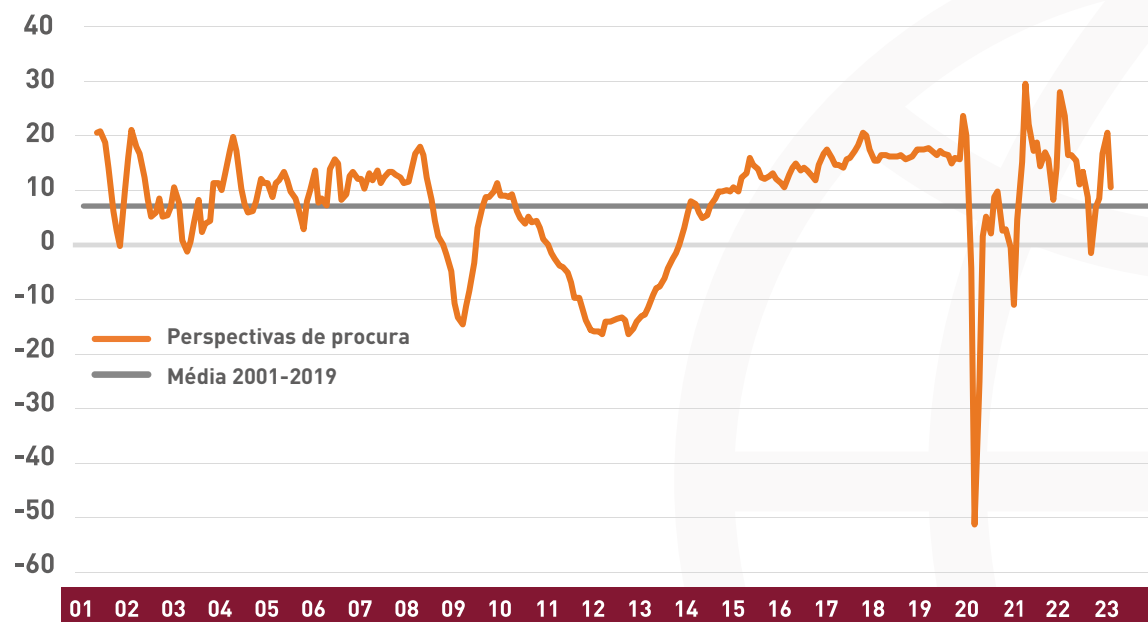


- Recuperação
interrompida

SERVIÇOS

Nos serviços, a recuperação das perspectivas de procura estava a ser muito forte, mas foi abruptamente invertida em Março.

Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.

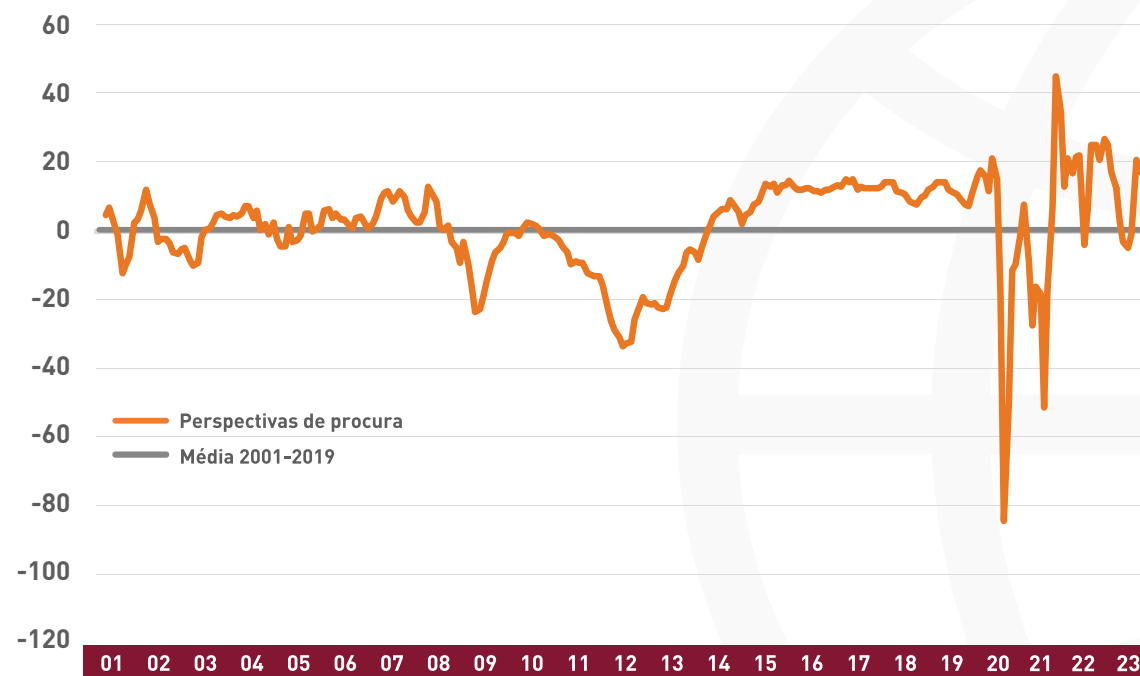


**- Acima dos valores
pré-pandemia**

TURISMO

No alojamento e restauração, a recuperação foi muito mais nítida, com ligeira quebra em Fevereiro, logo seguida de melhoria em Março, em valores claramente acima dos registados na pré-pandemia. O turismo já regressou ao número de dormidas atingidas em 2019, até antes do que previsto, e parece ter agora boas perspectivas de bons resultados.

Alojamento, Restauração e Similares. Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.



- Quinta queda consecutiva da inflação

INFLAÇÃO

Em Portugal, a taxa de inflação homóloga em Março foi de 7,4%, o quinto mês de queda sucessiva face ao máximo dos últimos 30 anos (10,1%), enquanto a inflação subjacente caiu ligeiramente para 7,0%, mas ainda demasiado próxima do máximo (7,3%). Em relação às componentes mais afectadas pela guerra, é de salientar que os preços da energia já estão mais baixos do que os registados imediatamente à invasão da Ucrânia (-4,4%). No caso da alimentação, a taxa homóloga continua muito elevada (19,3%), tendo desacelerado ainda muito pouco face ao máximo registado em Fevereiro. A inflação média tem continuado a subir, tendo passado de 7,8% em Dezembro para 8,7% em Março.

Previsões da taxa de inflação

Fonte	Data	2023	2024	2025
OCDE	Nov/22	6,6	2,4	
Comissão Europeia	Fev/23	5,4	2,6	
Conselho das Finanças Públicas	Mar/23	5,9	3,1	2,3
Banco de Portugal	Mar/23	5,5	3,2	2,1
Católica	Abr/23	6,0	3,5	2,5
FMI	Abr/23	5,7	3,1	2,5
Ministério das Finanças	Abr/23	5,1	2,9	2,1
Forum para a Competitividade	Abr/23	4,5 a 6	2 a 3,5	



- Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação, de 7,8% em 2022 para entre 4,5% e 6% em 2023 e 2% e 3,5% em 2024

Para os próximos trimestres, um dos obstáculos para a descida continuada da inflação será o comportamento da OPEP+, que decidiu recentemente diminuir a produção, para contrariar a queda dos preços do petróleo. De resto, praticamente tudo aponta para uma queda da inflação, quer na zona euro quer em Portugal: a desaceleração mundial a contribuir para uma diminuição dos preços de várias matérias-primas, bens e serviços; a subida das taxas de juro dos bancos centrais; o enfraquecimento da procura; as subidas salariais contidas, a recente turbulência bancária e uma tendência de apreciação do euro.

Em Portugal, deverá haver efeitos adicionais decorrentes de uma forte desaceleração do consumo privado, fruto de uma fraca criação de emprego, uma clara contenção salarial e, em especial, a percentagem dominante de empréstimos a taxa variável, ao contrário do que é comum no Norte da Europa.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um abrandamento da inflação nacional, de 7,8% em 2022 para entre 4,5% e 6% em 2023 e 2% e 3,5% em 2024.



2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS

FINANCIAMENTO



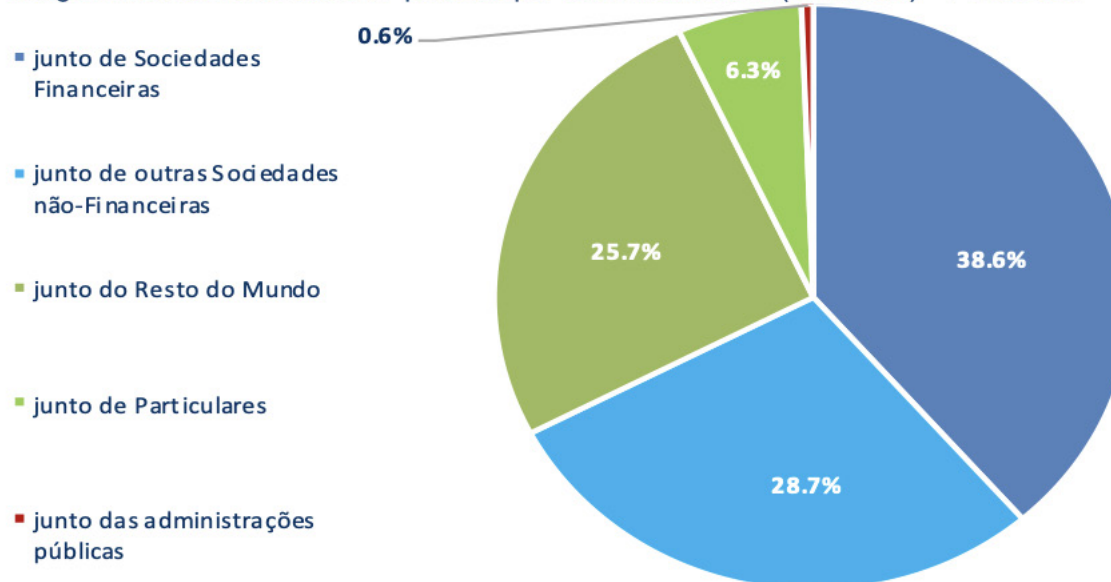
- Novas operações de crédito ainda abaixo do registado em 2019

De acordo com o Banco de Portugal (BdP), as novas operações de crédito a empresas não-financeiras (SNF) ascenderam a €22.1 mil milhões em 2022, um aumento de 5.9% após dois anos consecutivos de contração. Apesar do incremento registado, este montante situou-se ainda €10.7 mil milhões abaixo do registado em 2019, sendo o segundo mais baixo desde 2003, ano em que o BdP começou a divulgar esta informação.

As taxas de juro das novas operações de crédito a SNF aumentaram de forma muito expressiva em 2022, espelhando deste modo o significativo agravamento das condições financeiras na sequência do aperto da política monetária por parte do Banco Central Europeu. A subida registou-se sobretudo durante o segundo semestre do ano, com a taxa de juro, em termos médios, a duplicar nesse período e a encerrar nos 4.44%, ou o nível mais elevado desde janeiro de 2015.



Portugal: Endividamento das SNF privadas por setor financiados (% do total) - 4ºT de 2022



Fonte: Banco de Portugal

- Taxas de juro com o nível mais elevado desde janeiro de 2015

Apesar do maior recurso ao crédito por parte das SNF e do agravamento do nível das taxas de juro, o crédito de cobrança duvidosa permaneceu estável ao longo de 2022. Em termos médios anuais, a sua percentagem no montante total de empréstimos em stock correspondeu a 2.25%, inferior aos 2.94% de 2021. Em termos setoriais, verificaram-se apenas duas variações expressivas, na “Construção” e nas “Atividades Imobiliárias”, tendo os rácios registado uma redução no final do ano para os níveis mais baixos desde maio de 2009 e junho de 2008, respetivamente.



No último trimestre de 2022, o endividamento das SNF correspondeu a €289.8 mil milhões, um aumento de €5.5 milhões face ao nível de fecho de 2021, traduzindo um incremento do endividamento perante o exterior, o setor financeiro e as empresas de €2.9, €1.8 e €1.0 mil milhões de euros, respetivamente. Em termos relativos o peso deste endividamento no total do setor não-financeiro permaneceu quase inalterado ao longo de todo o ano num nível ligeiramente acima dos 36%.

No que concerne à estrutura do endividamento das SNF, no último trimestre do ano passado a percentagem do endividamento junto do exterior, do setor financeiro e de outras SNF foi de 25.7%, 38.6% e 28.7%, respetivamente.



- Insolvências na Zona Euro aumentam 23% e 19% em Portugal em 2023

SEGUROS DE CRÉDITO

COSEC

As insolvências em Portugal devem crescer 19% este ano. Para a Zona Euro, os especialistas da Allianz Trade², acionista da COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, reviram em alta ligeira as projeções, estimando agora que as insolvências das empresas - em particular pequenas e médias - aumentem 23%, com economias como a França e a Alemanha a experienciarem um aumento significativo.

Com o fim dos confinamentos e da pandemia de Covid-19, os apoios às empresas atribuídos pelos governos um pouco por toda a Zona Euro já terminaram ou estão a chegar ao fim. Mas, por um lado, as empresas em vários países estão agora a fazer face aos encargos com empréstimos públicos obtidos durante o período pandémico, o que representa um desafio para muitas companhias. Por outro lado, e acrescentar a isto, as ajudas dadas pelos governantes para minimizar a forte escalada dos preços da energia, após o início da guerra na Ucrânia, estão a terminar.

A Alemanha, principal economia da Zona Euro, deverá registar uma subida de 22% das insolvências, de acordo com os dados da Allianz Trade, presentes no estudo “[No rest for the leveraged](#)”. Já a França, a segunda maior economia do euro, deverá ver as insolvências de empresas disparar 41% em 2023. Os Países Baixos também deverão vivenciar uma subida expressiva das insolvências, um crescimento na casa dos 52%, antecipam os especialistas da líder mundial de seguro de créditos.

² A Allianz Trade é a marca registada utilizada para designar a gama de serviços prestados pela Euler Hermes, S.A.



- Insolvências sobem, no Reino Unido, China e EUA

Outro fator a ter em conta, e que leva a um aumento das dificuldades das empresas, é que a procura por bens e serviços deverá continuar em níveis abaixo do necessário para estabilizar as insolvências. As previsões sugerem que a economia mundial registe neste ano um crescimento lento, depois de dois anos de pandemia, que causaram fortes perturbações nas cadeias de abastecimento, e mais de um ano de guerra na Ucrânia que fez disparar preços de matérias-primas e da energia.

Além disso, outro elemento a considerar, notam os analistas da acionista da COSEC, é que uma pressão prolongada sob as margens de lucro das empresas, assim como dificuldades de financiamento, enfraquecem as almofadas financeiras das empresas do bloco da moeda única, podendo representar um teste à resiliência das empresas.

A Allianz Trade admite ainda que os custos elevados de produção vão manter-se, bem como a recuperação dos salários e os efeitos prolongados do aumento das taxas de juro. Estes fatores, representam riscos para as empresas que, conjugados com um enfraquecimento da procura mundial por bens, pode significar uma redução da capacidade das companhias para fazer refletir nos consumidores a subida dos preços.

Os dados da Allianz Trade demonstram que um aumento das insolvências não terá lugar apenas na Zona Euro. Reino Unido, China e EUA, entre outras economias, também vão enfrentar o mesmo cenário, embora em escalas diferentes.

O Reino Unido deverá assistir a um aumento de 16% das insolvências este ano. A pressionar a evolução das firmas britânicas estão um conjunto de fatores como a desaceleração económica, inflação elevada e uma política monetária mais restritiva. A somar a isto, as companhias britânicas têm ainda de fazer face às questões relacionadas com o Brexit.



Já nos Estados Unidos, as insolvências deverão aumentar 49% em 2023, segundo as previsões da líder mundial em seguro de créditos, refletindo condições de crédito mais restritivas e um abrandamento económico.

“Estimamos que a Zona Euro e os EUA necessitariam de registar um crescimento adicional do PIB em 2023-2024 para que o nível de insolvências estabilizasse. Neste momento, o número de insolvências para empresas com mais de 50 milhões de euros de receitas está ligeiramente acima dos níveis pré-pandémicos e as empresas deverão estar atentas. A construção, o comércio, o retalho e os serviços são os setores mais afetados”, afirma Maxime Lemerle, Analista Principal da Área de Insolvency Research da Allianz Trade.

Quanto à China, as estimativas apontam que a segunda maior economia do mundo deverá registar uma subida de 4% neste ano, dado que o fim das restrições devido à Covid-19 e consequente reabertura económica não eliminaram todos os riscos, nomeadamente em setores como o imobiliário e construção, defendem os especialistas.

De acordo com a Allianz Trade, após a pequena recuperação em 2022, de 2%, as insolvências globais deverão agora aumentar 21% em 2023 e 4% em 2024.



- Forte subida da taxa de desemprego

TRABALHO

Pedro Braz Teixeira

No 4º trimestre, a taxa de desemprego subiu de forma expressiva, de 5,8% para 6,5%, mas mantendo-se abaixo do nível pré-pandemia. Portugal teve a maior queda trimestral do emprego da UE (-0,8%), contra um crescimento de 0,3% quer na UE quer na zona euro. Sublinhe-se que se registou um aumento do emprego na generalidade dos países, com apenas seis exceções.

Em Fevereiro, a taxa de desemprego portuguesa desceu, de 7,0% para 6,8%, mas manteve-se marginalmente acima do valor de Dezembro (6,7%). Ou seja, os dados preliminares do 1º trimestre apontam para continuação da deterioração do mercado de trabalho.

Previsões de taxa de desemprego

Fonte	Data	2023	2024	2025
OCDE	Nov/22	6,4	6,2	
Comissão Europeia	Fev/23	5,9	5,7	
Conselho das Finanças Públicas	Mar/23	6,4	6,4	6,1
Banco de Portugal	Mar/23	7,0	6,9	6,7
Católica	Abr/23	6,5	6,5	6,5
FMI	Abr/23	6,6	6,5	6,3
Ministério das Finanças	Abr/23	6,7	6,4	6,2
Forum para a Competitividade	Abr/23	6,5 a 7	6,5 a 7	



- Forum para a Competitividade antecipa um aumento ligeiro da taxa de desemprego, de 6,0% em 2022 para entre 6,5% para 7% em 2023 e manutenção neste intervalo em 2024

Em 2023 e 2024, a economia deve crescer em torno de 1,5%, ligeiramente abaixo do potencial de crescimento (entre 1,7% e 1,9%), o que, em geral, tem condições para uma ligeira subida da taxa de desemprego. Sublinhe-se que já se registou uma forte subida desta variável no final de 2022, pelo que já não se deverão verificar aumentos adicionais significativos.

Insistimos que seria muito positivo que as dificuldades que se antecipam no mercado de trabalho permitissem a transferência de trabalhadores das empresas menores e menos sólidas para as maiores e mais robustas, mas o actual enquadramento legal e administrativo não favorece esta evolução.

Assim, o Forum para a Competitividade antecipa um aumento ligeiro da taxa de desemprego, de 6,0% em 2022 para entre 6,5% para 7% em 2023 e manutenção neste intervalo em 2024.



FISCALIDADE

TELLES

Portaria n.º 7-A/2023, de 3 de janeiro: fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2023;

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 683/2022: não julga inconstitucional o disposto nos artigos 2.º, 3.º, 11.º e 12.º do Regime Jurídico da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (RJCESE), na redação e vigência conferida pelos artigos 237.º e 238.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e no artigo 1.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

Declaração de Retificação n.º 1-A/2023, de 3 de janeiro: retifica a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023;

Ofício Circulado n.º 30254, de 5 de janeiro: clarifica as alterações mais relevantes em sede de IVA que foram introduzidas no Orçamento do Estado para 2023;

Documento disponibilizado no Portal das Finanças: comunicação dos principais prazos, em 2023, em matéria de IRS;

Ofício Circulado n.º 20249, de 18 de janeiro: enquadramento em IRS das despesas com teletrabalho;

Ofício Circulado n.º 20250, de 31 de janeiro: taxas de derrama municipal incidentes sobre o lucro tributável do IRC do período fiscal de 2022;

Ofício-circulado n.º 35191/2023, de 9 de fevereiro: procedimentos aplicáveis ao novo regime de circulação de produtos com imposto pago (e-DAS);

Proposta de Lei 70/XV/1, de 28 de março: procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares;



**- Turbulência bancária
com impacto limitado
num cenário já anémico,
mas...**

Texto Final apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças relativo à Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª [GOV]: estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial;

3. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira

As novas previsões do FMI³ são as primeiras de âmbito global que incorporam o impacto da turbulência bancária iniciada em Março. Ainda que reconheçam a incerteza acrescida que decorre desta nova fonte de perturbação, não há grande impacto a nível da trajectória de recuperação que se verificava, dado que se espera que o stress financeiro seja contido. No geral, as perspectivas são anémicas, devido às políticas contracionistas necessárias para reduzir a inflação, para além dos efeitos da guerra na Ucrânia e das tensões geopolíticas elevadas. Os riscos são sobretudo negativos, tendo subido fortemente os riscos de uma “aterragem forçada”.

O mais significativo é a consideração das implicações de médio prazo da pandemia e da guerra, que terão diminuído o potencial de crescimento, sobretudo pela via da “fragmentação geoeconómica”.

³ <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>



- ... queda do potencial de crescimento de médio prazo com “fragmentação geoeconómica”

Previsões de crescimento e inflação

País	PIB				Inflação			
	2022	2023	2024	2025	2022	2023	2024	2025
África do Sul	6,7	1,0	1,7	2,2	8,1	5,6	2,8	2,5
Alemanha	2,0	0,3	1,4	1,6	6,9	5,8	4,8	4,5
Angola	1,8	0,1	1,4	2,0	8,7	6,2	2,7	2,3
Argélia	2,8	3,5	3,7	4,0	21,4	11,7	10,8	9,4
Austrália	2,9	2,6	2,6	2,2	9,3	8,1	7,7	6,5
Áustria	3,6	1,7	1,6	2,1	6,6	5,3	3,2	3,0
Bélgica	4,9	0,5	1,2	1,8	8,6	7,4	3,3	2,2
Brasil	3,1	0,7	1,4	1,2	10,3	4,5	2,4	1,7
Canadá	2,9	0,9	1,5	1,9	9,3	5,0	4,8	3,0
China	3,2	1,1	1,5	2,1	8,0	4,5	3,6	2,4
Colômbia	3,0	5,3	4,7	4,1	1,9	2,0	2,2	2,2
Coreia do Sul	7,5	1,0	1,9	2,9	10,2	10,9	5,4	3,0
Dinamarca	2,6	1,5	2,4	2,3	5,1	3,5	2,3	2,0
Espanha	3,6	0,0	1,0	1,4	8,5	4,8	2,8	2,2
Estados Unidos	5,5	1,6	1,8	2,0	8,3	4,3	3,2	2,0
França	2,1	1,5	1,0	1,8	8,0	4,5	2,3	2,1
Índia	2,6	0,7	1,3	1,9	5,9	5,0	2,5	2,1
Itália	6,8	5,4	7,0	6,2	6,7	4,9	4,4	4,1
Japão	3,8	0,6	0,9	1,2	8,7	4,5	2,6	2,1
Marrocos	1,1	1,4	1,0	0,6	2,5	2,7	2,2	1,6
México	1,1	3,0	3,1	3,1	6,6	4,6	2,8	2,4
Moçambique	3,0	1,8	1,8	1,9	7,9	6,3	3,9	3,3
Países Baixos	4,1	5,0	8,2	5,1	9,8	7,4	6,5	6,3
Polónia	4,5	1,0	1,3	1,5	11,6	4,2	3,4	2,1
Reino Unido	4,9	0,4	2,5	3,7	13,8	11,8	5,2	4,1
Rússia	4,0	-0,2	0,9	2,2	9,1	6,8	3,0	1,8
Suécia	-2,1	-0,9	0,4	1,0	13,8	7,0	4,6	4,0
Suíça	2,5	-0,6	1,1	2,6	8,1	6,6	2,1	2,2
Taiwan	2,1	0,8	1,8	1,2	2,8	2,4	1,6	1,3
Turquia	2,5	2,1	2,6	2,2	2,9	1,9	1,7	1,0
Zona Euro	5,6	2,7	3,7	3,0	72,3	50,6	35,2	24,9
PORTUGAL	3,5	0,8	1,4	1,9	8,4	5,5	2,7	2,2

Fonte: FMI (Abr-23), OCDE (Mar-23), Comissão Europeia (Fev-23).



4. MERCADOS



MERCADOS MONETÁRIOS E CAMBIAIS

- Taxas Euribor corrigem refletindo a crise no setor financeiro

As taxas Euribor registaram uma subida significativa ao longo dos meses mais recentes, em particular entre o início de julho de 2022 e meados de março de 2023, com as taxas Euribor para diferentes prazos a atingirem máximos desde 2008/2009, depois de se terem situado em mínimos históricos em dezembro de 2021. O aumento das tensões inflacionistas levou os principais Bancos Centrais a subir as suas taxas diretoras de forma significativa, o que em alguns casos aconteceu com amplitudes acima do previsto no início do processo de subida das taxas de intervenção, bem como a manter presente a expectativa de que o movimento de subida dessas mesmas taxas poderia ter continuidade ao longo do ano de 2023. O BCE nas reuniões realizadas entre julho de 2022 e março de 2023 para analisar a política monetária, decidiu subir as suas taxas de intervenção em todas as reuniões numa amplitude total de 3.50%, colocando a taxa associada às operações principais de refinanciamento nos 3.50%, enquanto a facilidade



permanente de depósitos passou, no mesmo período de tempo, de -0.50% para +3.00%, abandonando a política de taxas de juro negativas, enquanto a facilidade permanente de cedência de liquidez subiu para 3.75%.

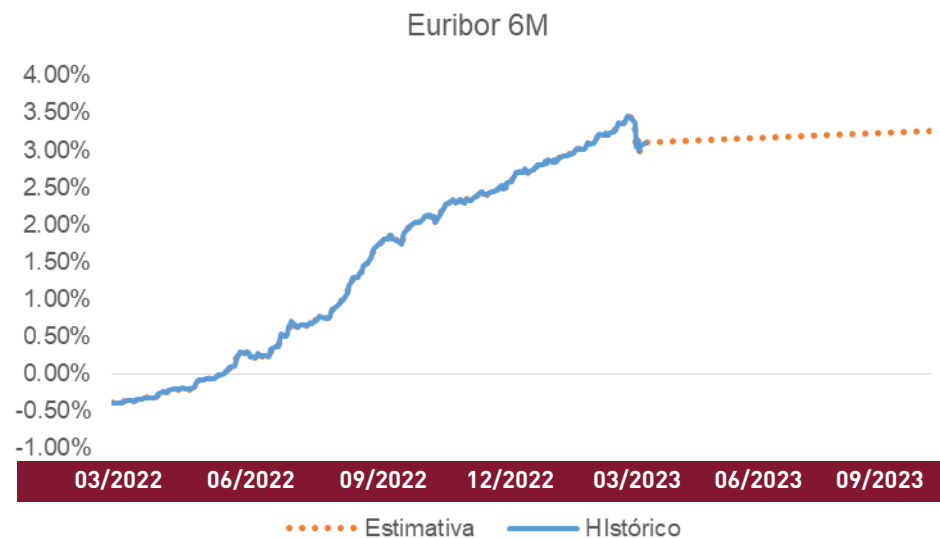
Na última reunião para analisar a política monetária, realizada a 16 de março, o BCE considerou apropriado subir novamente as suas de taxas diretoras numa amplitude de 0.50% com base na revisão efetuada às perspetivas para a evolução da taxa de inflação, que continuam a apontar para a possibilidade da mesma permanecer elevada por um período de tempo longo. Contudo, ao contrário do que se tinha verificado nas reuniões anteriores, o BCE não se comprometeu com decisões futuras de subida das taxas diretoras na Zona Euro, uma vez que existe agora um elevado nível de incerteza nos mercados financeiros, na sequência das dificuldades apresentadas por vários bancos norte-americanos de média dimensão e por um grande banco europeu, reforçando a importância de uma abordagem reunião a reunião em função dos dados económicos e financeiros que forem sendo divulgados, mas ainda assim considera que existe um caminho a percorrer face à determinação de trazer a inflação para o objetivo definido (taxa de inflação de 2% na Zona Euro).

No atual enquadramento, em que as decisões do Banco Central Europeu serão tomadas em função dos indicadores económicos e financeiros, a margem para subidas significativas das taxas de intervenção nas próximas reuniões parece ser menor, o que se refletirá no comportamento das taxas Euribor.



**- Dólar norte-americano
relativamente estável
face ao Euro**

Euribor a 6 meses



Desde o início do ano de 2023 o Dólar norte-americano registou uma relativa estabilidade em relação ao Euro, oscilando a cotação EUR/USD entre 1.05 e 1.10, depois de durante o período entre final do terceiro trimestre e o início do quarto trimestre de 2022 ter estado ligeiramente abaixo da paridade, o que era explicado pelo processo mais rápido de subida das taxas de intervenção por parte da Reserva Federal norte americana comparativamente com as decisões tomadas pelo BCE, o que se alterou nas reuniões mais recentes destes mesmos Bancos Centrais.



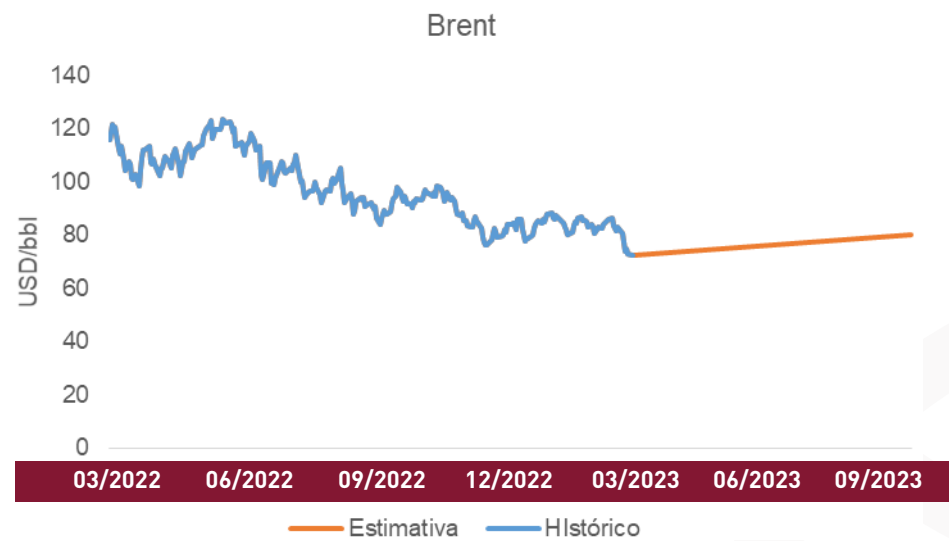
- Preços permanecem condicionados pela incerteza

MATÉRIAS PRIMAS

Tal como referido em edições anteriores, o cenário de incerteza quanto ao comportamento da economia mundial, permanece como uma das principais condicionantes da evolução dos preços das matérias-primas, mais precisamente do crude. O preço do Brent, a referência mundial, oscilou entre 80 e 90 dólares por barril durante a maior parte dos meses de janeiro e de fevereiro de 2023. Esta relativa estabilidade surge após a queda pronunciada de mais de 20% entre o início de novembro e a primeira metade de dezembro de 2022, com o preço do crude pressionado por perspetivas menos favoráveis para o crescimento económico mundial, e pelo continuar da incerteza relativamente à guerra na Ucrânia. Março reservou outras surpresas menos positivas, com a crise bancária que começou na Califórnia com o SVB e que continuou com o Credit Suisse. Estes desenvolvimentos condicionaram ainda mais as perspetivas de crescimento, empurrando as taxas de juro de longo prazo para baixo e levando a cenários menos positivos de consumo de combustíveis. O preço do Brent caiu cerca de 15% para um mínimo de 72 dólares por barril, muito pressionado por vendas no mercado de futuros. Segundo a OPEC+, os fundamentais do mercado permanecem robustos (esperando-se um maior desequilíbrio entre a oferta e a procura na segunda metade do ano), não se vislumbrando cortes de produção para suportar os preços do petróleo. O cenário de evolução de preços de crude no curto prazo deverá permanecer volátil, condicionado pelo desenrolar das políticas monetárias nos Estados Unidos e Zona Euro, mas também pelos desenvolvimentos nos campos de batalha no leste da Ucrânia.



Preço do petróleo





**- A este ritmo, só
chegaríamos à média
comunitária em 2075**

5. AUMENTAR A DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Pedro Braz Teixeira

DISTRIBUIÇÃO EMPREGO POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Como se conclui do quadro abaixo, Portugal tem um excesso de emprego nas microempresas (44,1% do total), muito acima da média da UE (30,1%). Em relação ao peso das pequenas e médias empresas as diferenças são mínimas, destacando-se o défice de emprego nas grandes empresas (ver Glossário no final), apenas 21,5%, muito abaixo da média da UE (36,4%). Entre 2008 e 2021, houve algum progresso na quota do emprego nas grandes empresas, mas foi excessivamente lento, já que, a manter-se este ritmo, só chegaríamos à média comunitária daqui a mais de 50 anos, em 2075.

Percentagem do emprego por dimensão das empresas

	Portugal		UE
	2008	2021	2021
Micro	45,8%	44,1%	30,1%
Pequenas	21,1%	19,1%	18,5%
Médias	15,0%	15,3%	15,0%
Grandes	18,0%	21,5%	36,4%

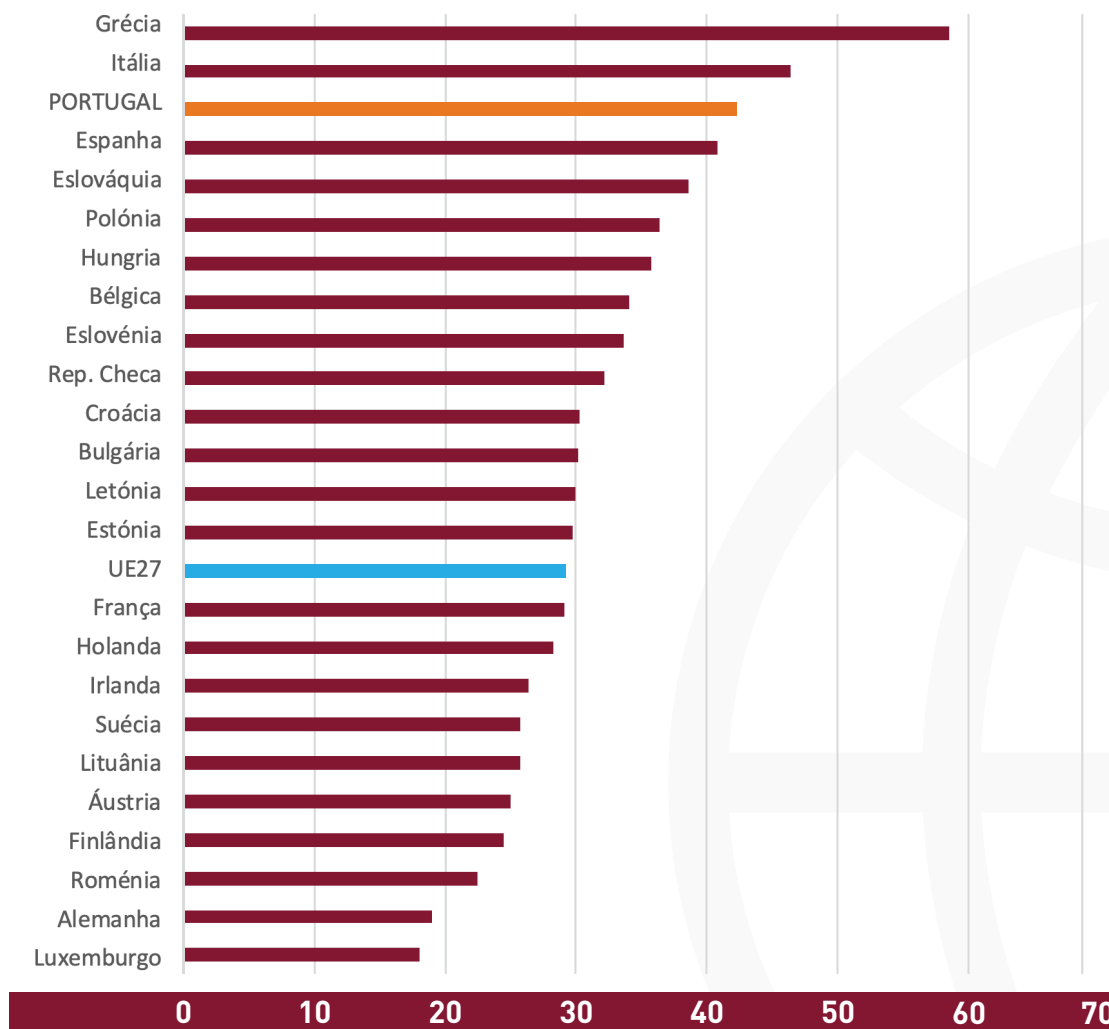
Fonte: INE, Eurostat.

Como se pode ver no gráfico abaixo, não só a percentagem de emprego em microempresas em Portugal está muito acima da média da UE, como é a terceira maior da comunidade, sendo inclusive muito acima de Estados Membros com população muito inferior à portuguesa, como é o caso dos Estados bálticos e do próprio Luxemburgo. Aliás a dimensão do país não parece ser muito importante, encontrando-se vários dos maiores Estados muito acima da média, como é o caso de Itália, Espanha e Polónia.



- Portugal com o 3º maior peso das microempresas

Peso do emprego nas microempresas (% do total)



Fonte: Eurostat.



- Nas microempresas, o peso no VAB é metade do peso no emprego

DISTRIBUIÇÃO DO VAB

Dado que as empresas maiores são mais produtivas do que as menores, o peso do VAB é superior ao do emprego naquelas. Assim, na UE, quer as microempresas quer as pequenas empresas têm uma quota na VAB inferior à quota no emprego. No caso de Portugal, já não se verifica para as pequenas empresas, cujo peso no VAB (21,1%) é superior ao do emprego (19,1%), tal é o peso das microempresas. Aliás, nestas o peso no VAB é metade do peso no emprego.

Percentagem do emprego e VAB por dimensão das empresas

	Portugal (2021)		UE (2020)	
	% Emprego	% VAB	% Emprego	% VAB
Micro	44,1%	22,2%	30,1%	18,6%
Pequenas	19,1%	21,1%	18,5%	16,8%
Médias	15,3%	21,6%	15,0%	17,1%
Grandes	21,5%	35,1%	36,4%	47,5%

Fonte: INE, Eurostat.



- Empresas grandes têm o triplo da produtividade das microempresas

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUTIVIDADE

Como fica evidente abaixo, a produtividade aumenta com a dimensão das empresas, tendo as microempresas portuguesas uma produtividade 13,8 mil €/trabalhador e as grandes empresas uma produtividade mais do triplo desta. Na UE, a produtividade média (50,9 mil €/trabalhador) é praticamente o dobro da nossa (26,4 mil€/t.), mas não existe uma tão grande divergência entre as micro e as grandes empresas, já que nestas a produtividade é apenas o dobro daquelas.

Percentagem da produtividade por dimensão das empresas

	Portugal (2021)		UE (2020)	
	Produt. (10 ³ €)	Rácio sobre microempr.	Produt. (10 ³ €)	Rácio sobre microempr.
Total	26,4	1,92	50,9	1,57
Micro	13,8	1,00	32,4	1,00
Pequenas	29,4	2,14	44,1	1,36
Médias	37,0	2,69	55,4	1,71
Grandes	41,9	3,04	67,7	2,09

Fonte: INE, Eurostat.



**- Empresas grandes
pagam 56% mais do que
as microempresas**

**- Precisamos de maior
qualificação**

DISTRIBUIÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

As diferenças de produtividade reflectem-se, naturalmente, na distribuição de remuneração por dimensão das empresas, sendo os salários nas grandes empresas 56% acima dos que se verificam nas microempresas. As diferenças de remuneração não são tão pronunciadas como as de produtividade porque, uma das razões para a produtividade superior encontra-se na disponibilidade de um nível mais elevado de capital por trabalhador, capital este que precisa de ser remunerado.

Remuneração bruta por dimensão das empresas, Portugal (2021)

	Salário mensal	Rácio sobre microempr.
Total	1137	1,34
Micro	851	1,00
Pequenas	1098	1,29
Médias	1306	1,53
Grandes	1328	1,56

Fonte: INE

DIMENSÃO E EDUCAÇÃO

Uma das razões para a maior produtividade e salários das empresas maiores encontra-se no facto de estas terem trabalhadores mais qualificados. Por isso, ter empresas de maior dimensão coloca um desafio à qualificação da mão-de-obra. De qualquer forma, esta é uma questão que tem que ser trabalhada, por todas as razões a médio e longo prazo: para podermos ter cidadãos mais capazes de uma cidadania mais informada; para sairmos da cauda da Europa; para podermos lidar com as transformações tecnológicas

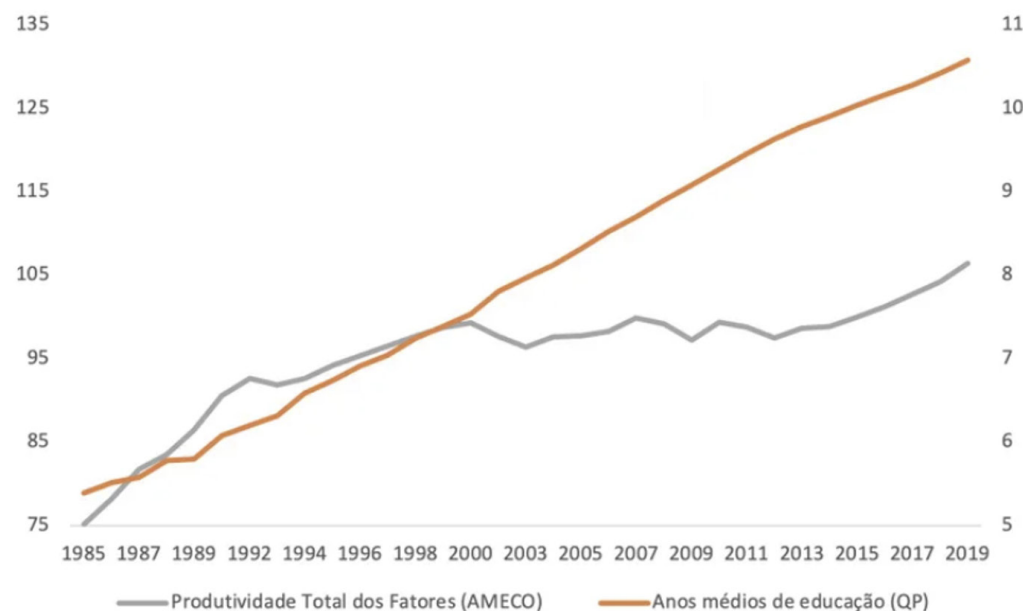


**- Divergência entre
educação e produtividade**

em curso e as do futuro; para termos trabalhadores mais produtivos; para permitir aumentos salariais mais sustentáveis.

Tudo isto é verdade, mas não parece que isto seja um problema no curto prazo, porque temos assistido a melhorias na educação mais significativas do que na economia. Como se pode ver no gráfico abaixo, entre 1985 e 2000, as melhorias na educação foram-se repercutindo na produtividade total dos factores, mas a partir de 2000, há uma quebra nesta relação.

Produtividade e educação



Fonte: Fernando Alexandre, <https://observador.pt/opiniaio/falhas-na-educacao-ou-na-economia/>



Como Fernando Alexandre argumenta, “uma parte do problema está nas baixas qualificações dos gestores”. Outra é a “um ambiente económico pouco favorável ao nascimento e ao crescimento de empresas inovadoras” e, acrescentaríamos nós, de elevada dimensão.

Em resumo, no curto prazo, a falta de trabalhadores qualificados não será um obstáculo a aumentar a quota do emprego nas grandes empresas, mas é uma questão essencial a médio prazo, não só por esta razão, mas por muitas outras já referidas.

SÍNTESE DA SITUAÇÃO ACTUAL

Comparando os dados de Portugal com os da média da UE, verifica-se que:

- Portugal tem mais emprego nas microempresas e menos em todas os outros tipos de empresas (pequenas, médias e grandes);
- A distribuição do VAB é semelhante, excepto nas grandes, embora os segmentos com VAB médio baixo tenham um peso maior no emprego.
- A diferença de produtividade entre microempresas e grandes empresas é muito maior em Portugal (3,04) do que na UE (2,09).
- Dito de outro modo, a produtividade das microempresas portuguesas é apenas 42% de empresas equivalentes europeias, enquanto nas grandes empresas este rácio é muito superior, de 62%.



- Admitir que
convergíamos com a UE
no emprego em grandes
empresas

- PIB seria 12% superior

IMPLICAÇÕES MACROECONÓMICAS DE TER EMPRESAS MAIORES

Vamos admitir que conseguíamos que a distribuição do emprego pelas empresas passasse a seguir a mesma distribuição verificada na média da UE, com destaque para o maior número de trabalhadores nas grandes empresas.

Há uma questão prévia que é necessário salientar. Com a excepção das microempresas, cuja contabilidade poderá ter as suas fragilidades (como já vimos), nas empresas grandes a percentagem do VAB que é despendido em salários (50%) é inferior ao que se verifica nas médias (62%) e nas pequenas (66%). Isto é facilmente explicado porque as maiores empresas são mais produtivas porque têm mais capital por trabalhador, capital esse que tem que ser remunerado. Uma outra forma de ler o VAB é como sendo a remuneração de factores: trabalho e capital. **O que isto significa é que o aumento da dimensão das empresas vai exigir grandes volumes de investimento, o que implica que é necessário tornar atractivo o investimento, nacional e estrangeiro.**

As implicações para as diferentes variáveis económicas seriam (usando os dados do PIB de 2022):

- VAB médio: + 14%
- PIB: 12+% (mais 29 mil milhões de euros) (cerca de 15% do emprego está em actividades não empresariais).
- Massa salarial: mais 10 mil milhões de euros
- Salário médio: mais 165 euros
- Contribuições para a Segurança Social: mais 3,3 mil milhões de euros



- Atrair IDE

- Receitas de IRS: mais 2 mil milhões de euros (não faz sentido presumir que há manutenção dos escalões de IRS e aumento da progressividade, porque se a economia evoluir o IRS terá que acompanhar essa evolução)

Se definíssemos a meta de conseguir isto em 15 anos, isso corresponderia a um crescimento adicional do PIB de 0,8% ao ano, o que é quase metade do actual potencial de crescimento (entre 1,7% e 1,9%).

SOLUÇÕES PARA AUMENTAR A DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Dadas as fortíssimas implicações de aumentar a dimensão das empresas a operar em Portugal, impõe-se enunciar as soluções que permitem atingir este objectivo. A formulação detalhada destes caminhos de futuro será objecto de estudo e publicação em devido tempo.

As soluções passam por: facilitar o crescimento orgânico das empresas; facilitar as operações de fusão e aquisição; atrair Investimento Directo Estrangeiro; reduzir os custos de contexto.

Uma via óbvia para facilitar o crescimento orgânico é reduzir a taxa de IRC e em particular o imposto que incide sobre os lucros retidos, como forma de incentivar a capitalização das empresas.

As operações de fusão e aquisição são, porventura, o meio mais rápido de alcançar escala, mas estão muito limitadas pela fiscalidade em vigor. Ainda por cima, com receitas quase nulas.



O Investimento Directo Estrangeiro passa, muitas vezes, pela criação de grandes empresas, pelo que a sua atracção, para além de fomentar a entrada de capitais, tecnologia, capacidade de gestão, etc., também ajuda a aumentar a dimensão média das empresas a operar no nosso país.

Finalmente, os elevados custos de contexto constituem um travão genérico à prosperidade do país, das empresas e ao aumento dos salários, pelo que a redução daqueles custos deverá fomentar a dimensão das empresas.

GLOSSÁRIO

Empresas por dimensão

Microempresa:	0-9 trabalhadores
Pequena:	10-49 trabalhadores
Média:	50-249 trabalhadores
Grande:	250 ou mais trabalhadores

Produtividade = VAB por trabalhador.



BIBLIOGRAFIA

DAMÁSIO, Bruno (2023)

https://www.abrp.pt/wp-content/uploads/2023/03/PR_BRP_Estudo-Impacto-Grandes-Empresas.pdf

EUROSTAT (2020) Small and medium-sized enterprises: an overview, Mai-20.

<https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/DDN-20200514-1>

INE (2023) Empresas em Portugal – Resultados definitivos. 2021, Lisboa.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdestboui=581122057&DESTAQUESmodo=2

SÁ, Carla et al (2022) Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências, Fundação José Neves.

<https://www.joseneves.org/estado-da-nacao-2022>



6. LEGISLAÇÃO

TELLES

ENERGIA E AMBIENTE

[Lei n.º 24-B/2022, de 30 de dezembro](#): regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar;

[Diretiva n.º 1/2023, de 9 de janeiro, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos](#): aprova a primeira atualização da tarifa de energia do setor do gás a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2023;

[Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro](#): procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais;

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro](#): aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360;

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março](#): aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030;

PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#): estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027;

IMOBILIÁRIO

[Decreto-Lei n.º 90-C/2022, de 30 de dezembro](#): altera os programas Porta 65 e Arrendamento Acessível;



[Notícia, datada de 24 de janeiro de 2023:](#) Nova legislação sobre habitação vem responder a várias necessidades;

[Notícia, datada de 26 de janeiro de 2023:](#) Governo cria novo regime para o cadastro predial;

[Diplomas do urbanismo e construção disponíveis numa única plataforma:](#) o SILUC – Sistema de Informação da Legislação de Urbanismo e Construção já está disponível para todos os cidadãos, reunindo numa mesma plataforma todos os diplomas (mais de 2200) do urbanismo e construção relevantes em Portugal;

[Programa Mais Habitação em consulta pública:](#) principais explicações de cada uma das medidas aprovadas pelo Governo, de forma a facilitar a participação pública por parte dos cidadãos;

[Projeto de Lei n.º 653/XV/1.ª \(PSD\):](#) altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de modo a simplificar os licenciamentos, reforçar os meios de fiscalização e flexibilizar o uso do solo para uso habitacional;

LABORAL

[Portaria n.º 24-A/2023, de 9 de janeiro:](#) procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023;

[Decreto-Lei n.º 9/2023, de 1 de fevereiro:](#) alarga o acesso ao regime público de capitalização, bem como ao respetivo fundo de certificados de reforma;

[Lei n.º 13/2023, de 3 de abril:](#) altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.



FINANCEIRO, PROJETOS E MERCADO DE CAPITAIS

[Consulta Pública n.º 2/2021](#): Projeto de diploma do novo Regime da Gestão de Ativos (RGA);

SOCIETÁRIO

[BPF lança dois novos Programas de Investimento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência](#): Programa de Coinvestimento Deal-by-Deal e Programa De Venture Capital;

[Regime das Empresas de Investimento \(REI\) – Tabela de transposição](#): A CMVM disponibilizou uma tabela de transposição na qual se indicam os preceitos legais que decorrem de transposição de diploma(s) europeu(s).

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E INSOLVÊNCIA

[Lei n.º 12/2023, de 28 de março](#): procede à alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais;

PRIVACIDADE

[Diretriz n.º 1/2023, de 10 de janeiro, da Comissão Nacional de Proteção de Dados](#): medidas organizativas e de segurança aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais;

[Publicação de diploma, pelo Supremo Tribunal de Justiça, de 28 de janeiro](#): jurisprudência mais relevante em matéria de proteção de dados pessoais e privacidade relativa aos anos de 2020 a 2022, proferidas pelo Supremo Tribunal de Justiça, pelos Tribunais da Relação e pelo Tribunal Constitucional.

ESTE DOCUMENTO TEM O APOIO DE:



CaixaBI

Banco de Investimento

TELLES

— ADVOGADOS —